



I - REGÊNCIA LEGAL: Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 5.122 de 26 de junho de 2014 e pelas disposições contidas neste Edital.

II ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

III - PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 991/2025 – **PROCESSO LICITATÓRIO:** Nº 74/2026

IV - MODALIDADE E NÚMERO DE ORDEM: PREGÃO ELETRÔNICO UASG: 988675 Nº 90.020/2026 -
PROCEDIMENTO AUXILIAR - REGISTRO DE PREÇOS

V - TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

VI - DISPONIBILIDADE DO EDITAL NA ÍNTEGRA: Setor de Licitações na Rua General João Antônio nº 1305, Sala 307, bairro Centro na cidade de São Vicente do Sul – RS, e nos links: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>
<http://saovicentadosul.rs.gov.br/site/category/publicacoes-legais/pregao-eletronico/>

VII - FINALIDADE DA LICITAÇÃO/OBJETO: Registro de preços para futura aquisição parcelada de eletrodomésticos, equipamentos e materiais hospitalares para suprir a demanda do hospital São Vicente Ferrer no município de São Vicente do Sul/RS

VIII - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO: 12 (doze) meses podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (Art. 84 Lei 14.133/2021)

IX - PRAZO DE ENTREGA: em até 15(quinze) dias úteis após o recebimento da nota de empenho.

X - FORMA DE PAGAMENTO: em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto licitado

XI - DATA, HORÁRIO e LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: **12/03/2026** Horário: **09:00** (horário de Brasília).

Local endereço eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

XII - HORÁRIO E LOCAL PARA ESCLARECIMENTOS DO EDITAL:

Rua General João Antônio nº 1305 sala 307 São Vicente do Sul RS. CEP: 97420-000, das 8:00 às 14:00 horas, pelo telefone 0800.000.4377 Ramal 221, ou e-mail: pregoiro@saovicentadosul.rs.gov.br

XIII – PUBLICAÇÕES EM 02/03/2026:

- Portal de Compras, endereço eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>;

- Jornal Cidades;

- <http://saovicentadosul.rs.gov.br/site/category/publicacoes-legais/pregao-eletronico/> (Diário Oficial do Município, conforme Lei Municipal nº 5243/2015);

- Portal Nacional de Contratações Públicas/PNCP.

Renato Severo Elesbão
Diretor Geral de Licitações e Compras
Portaria nº 196/2021



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.020/2026
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

“Edital visando o registro de preços para futura aquisição parcelada de eletrodomésticos, equipamentos e materiais hospitalares para suprir a demanda do hospital São Vicente Ferrer no município de São Vicente do Sul/RS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL, no uso de suas atribuições, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às **09:00 (Nove Horas)**, do dia **12/03/2026 (Doze do Mês de Março do Ano de Dois Mil e Vinte e Seis)**, o pregoeiro e a equipe de apoio, designados pelo Decreto Municipal nº 100/2025, de 02/09/2025, realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, visando o Registro de preços de eletrodomésticos, equipamentos e materiais hospitalares nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 5.122 de 26 de junho de 2014 assim como pelas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

1. DO OBJETO:

1.1. A presente licitação tem por objeto o **Registro de preços para futura aquisição parcelada de eletrodomésticos, equipamentos e materiais hospitalares para suprir a demanda do hospital São Vicente Ferrer no município de São Vicente do Sul/RS**, selecionando dentre os participantes a proposta considerada mais vantajosa, de acordo com os critérios estabelecidos no presente edital, conforme Termo de Referência – Anexo I e Modelo de Proposta - Anexo II do presente edital.

1.2. Os produtos deverão estar em conformidade com as normas e padrões da ABNT/NBR – Associação Brasileira de Normas Técnicas, do INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária e de outras normas regulamentadoras aplicáveis ao objeto, em vigor (caso houver).

1.3. Em caso de divergência entre as especificações códigos CATMAT incluídas no endereço <https://www.comprasgovernamentais.gov.br> - SIASGnet e as deste edital, prevalecerão as constantes neste edital e Modelo de Proposta de Preços – Anexo II deste edital:

Ite m	Catmat	Descrição do Serviço/Produto	Quanti dade	Unid ade	Valor Unitário	Valor Total
1	410764	CARRO-MACA HIDRÁULICO ABS DE EMERGÊNCIA , construído em tubos de aço carbono, com tratamento antiferrugem e acabamento em pintura eletrostática a pó epóxi. Possui suporte de redistribuição de pressão, grades laterais, sistema que garante estabilidade e conforto para um transporte suave, com movimentos de 360° para maior facilidade em manobras precisas. Conta com pedal de freio e direção, alta capacidade de peso (suporta até 317,5 kg), comprimento total de 210,8 cm e largura total, com trilhos elevados, de 81,3 cm. Apresenta design higiênico, com plataforma lisa que facilita a higienização, ideal para processos de limpeza hospitalar. Possui cabeceira regulável, sistema hidráulico a pedal para elevar e baixar o leito e cabeceira regulável por pistão a gás. Equipado com rodízios giratórios de 6", com sistema de travamento diagonal. Acompanha: suporte para cilindro O ₂ ; colchonete densidade D28, de material lavável estilo corino, à prova d'água e de fácil higienização; suporte de soro em ambas as extremidades; para-choques nos quatro cantos, 220V.	2	UN	12.000,00	24.000,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 991/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90.020/2026

2	415962	BOMBA DE INFUSÃO PERISTÁLTICA LINEAR , com sistema de propulsão peristáltico linear para administração de medicamentos e dietas enteral e parenteral. Possui funções especiais como titulação, balanço hídrico, memória dos parâmetros da última infusão, escolha de equipo macro/microgotas, possibilidade de zerar o volume sem interromper a infusão, purga e ajuste de volume de alarme. A bomba concentra tecnologia e características únicas em uma estrutura leve e compacta, permitindo empilhar várias unidades em um único suporte. Conta com display gráfico de fácil leitura, definição de parâmetros de infusão, histórico e registro completo da infusão, além de uma braçadeira autobloqueante de fluxo, patenteada, que atua quando o conjunto IV é removido. Todo o conjunto é projetado e construído de forma funcional e inteligente, 220V	6	UN	3.142,50	18.855,00
3	615327	DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO (DEA) , com alertas sonoros e luminosos, que orienta o usuário passo a passo no processo de ressuscitação. Os dados do paciente são armazenados e podem ser exportados para análise posterior. O equipamento realiza a atenuação da carga diretamente no console, não sendo necessária a aquisição de eletrodo infantil, permitindo a utilização do mesmo eletrodo em todas as idades. Botões e funcionalidades: Botão Liga/Desliga, Botão de Entrega de Choque, Botão Pediátrico: reduz a energia para operação do DEA em modo pediátrico, mesmo com as pás adultas, Alto-falante: emite mensagens de instrução, tons de alerta e metrônomo para RCP (100 batidas/min), Alimentação elétrica: 220 V	3	UN	5.933,50	17.800,50
4	410760	CARRO DE EMERGÊNCIA E PARADA , para uso hospitalar, confeccionado em aço carbono metálico, com tratamento antiferrugem e pintura eletrostática texturizada em epóxi. Possui tampo (mesa) superior em polímero liso, dividido em dois módulos rebaixados. Equipado com 04 rodízios giratórios com movimentos de 360°, sendo dois frontais com freios. Contém gaveteiro composto por 04 gavetas, sendo: 01 gaveta com bandeja de 18 divisões para armazenamento de medicamentos; 02 gavetas convencionais para instrumentos; 01 gaveta grande (gavetão) para instrumentos maiores e uso geral. Acompanha bandeja (suporte) com giro livre de 360°, para acomodação de desfibrilador/monitor ou cardioversor. Possui cabo de força tripolar de 2 metros e 04 tomadas (2P+T) para alimentação de equipamentos diversos. Inclui suporte (haste) para soro com altura ajustável, tábua para manobra cardíaca em acrílico e suporte para cilindro de oxigênio. Deve conter duplo sistema de travamento das gavetas: um frontal, para lacre ou cadeado, e outro lateral, com fechadura e chave de segurança. Dimensões: Altura 1005 mm x Largura 740 mm x Profundidade 400 mm.	2	UN	2.708,00	5.416,00
5	443178	BERÇO AQUECIDO PARA SALA DE PARTO com controle de temperatura e radiação infravermelha. O aquecimento é produzido por sistema irradiante de calor emitido por elemento aquecedor revestido em quartzo, montado em módulo refletor com aletas direcionadoras, localizado na parte superior do berço, proporcionando aquecimento homogêneo em toda a área do colchão, sem dificultar o acesso ao paciente. Possui calha protetora metálica com grade de segurança em aço. Permite giro bilateral do elemento aquecedor no plano horizontal (180°), com acionamento de alarme de advertência e desligamento automático do aquecimento, facilitando o posicionamento de equipamento de raios	1	UN	21.900,00	21.900,00



		<p>X sem necessidade de locomover o paciente. Conta com sistema de proteção térmica por dispositivo eletrônico de detecção de sobrecarga no elemento aquecedor, com desligamento automático, além de termostato para desligamento da fonte de alimentação em caso de sobrecarga, atendendo integralmente aos requisitos da norma técnica NBR 60601-1. Possui sistema de acionamento elétrico independente da chave liga/desliga do monitor, garantindo segurança ao conjunto, com indicador luminoso no painel de controle. Utiliza sistema eletrônico totalmente microprocessado, removível e de fácil acesso para manutenção e calibração, montado em chassis metálico destacável. O painel frontal possui acabamento liso em policarbonato, evitando penetração de líquidos, com teclas tipo toque-suave e rotina de auto-teste ao ligar. Conta com display alfanumérico/gráfico de cristal líquido de alta resolução com iluminação de fundo, que exibe temperatura do paciente, temperatura e potência ajustadas, temperatura auxiliar, temperatura ambiente, relógio Apgar e alarmes. Possui memória para retenção dos valores programados. Dispõe de indicação luminosa de standby na coluna do berço, visível por ambas as laterais; indicação gráfica do nível proporcional de potência (0, 1/4, 2/4, 3/4 e 1); indicação luminosa simultânea das temperaturas, potência e Apgar; indicação de todos os alarmes mesmo com o som inibido; indicação luminosa dos modos automático ou manual; e indicação da intensidade da potência de aquecimento de 0 a 100%, com incrementos de 10%. Apresenta faixa de indicação da temperatura do RN entre 10 °C e 50 °C, com resolução de 0,1 °C e precisão de $\pm 0,2$ °C. Possui teclas liga, desliga, bloqueio de teclado, aumento e redução de ajuste, com bip de confirmação, além de tecla para inibição do som dos alarmes. Modos de Operação: • Automático (Servo-controle): monitoração da temperatura do paciente por sensor de pele, com controle automatizado da intensidade de calor. • Manual: operação sem sensor de pele, com intensidade definida pelo operador. • Pré-aquecimento: eleva a temperatura do leito antes da recepção do recém-nascido, melhorando o conforto térmico e limitando a potência. Leito tipo cuna: construído em acrílico transparente removível, com cantos arredondados que evitam acúmulo de sujeira. Possui sistema mecânico de inclinação com trava, para posições horizontal, Trendelenburg e Próclive, com inclinação de até 12°. Colchão confeccionado em material atóxico e autoextinguível, composto por espuma de densidade adequada ao conforto do RN e capa removível sem costura, aberta em um dos lados para facilitar a higienização. Dimensões do colchão: Largura 330 mm; Comprimento 620 mm; Altura 145 mm.</p>				
6	631464	<p>CAMA HOSPITALAR MOTORIZADA RECLINÁVEL, com elevação tubular motorizada, cabeceira, peseira e grades injetadas. Cama hospitalar elétrica destinada à acomodação de pacientes em recuperação e à realização de procedimentos médicos, possibilitando ajustes em múltiplas posições através de sistema motorizado. Deve possuir cabeceira e peseira com movimentação elétrica, removíveis, fabricadas em polietileno injetado ABS termoplástico de alta resistência. A estrutura do leito é construída em longarinas de aço perfilado em "U", com estrado articulado em chapa de aço. Deve ter proteção lateral composta por quatro grades em polietileno injetado ABS termoplástico de alta resistência, dispostas na cabeceira e peseira, com sistemas articuláveis e retráteis que permitem recolhimento para facilitar a</p>	12	UN	6.200,00	74.400,00



		transferência do paciente, sendo dotadas de sistema de segurança com trava e destrava. Movimentos: Fowler, semi-Fowler, posição sentada, flexão de pernas, vascular, cardíaca e elevação de leito. Os movimentos são acionados por 3 (três) funções motorizadas, através de atuador elétrico duplo, blindado, de tecnologia alemã, operando em 110/220 V (bivolt). A estrutura recebe tratamento antiferruginoso por fosfatização e acabamento em pintura eletrostática a pó com resina epóxi-poliéster, polimerizada em estufa, garantindo alta resistência química e mecânica. Acompanha rodízios de 3", com freio de dupla ação em diagonal. Capacidade máxima: 160 kg, Dimensões: Comprimento: 190 cm Largura: 90, cm Altura mínima: 45 cm, Altura máxima: 75 cm, Elevação tubular: motorizada.				
7	456628	MONITOR DE SINAIS VITAIS (PRÉ-CONFIGURADO) para realização de ECG (Eletrocardiograma), SpO ₂ (Saturação de Oxigênio), PNI (Pressão Não Invasiva), Respiração e Temperatura. Deve oferecer medições completas e precisas de ECG, pressão arterial, oximetria, frequência respiratória e temperatura. Equipamento com design compacto e portátil, leve e de fácil mobilidade. Possui tela de alta resolução para visualização clara e intuitiva dos parâmetros, mesmo em situações de emergência. Interface amigável, que reduz o tempo de treinamento da equipe. Ser pré-configurado para monitoramento de pacientes adultos, pediátricos e neonatais. Permite atualização simplificada com integração imediata de módulos adicionais ao conectar fisicamente ao sistema, sem necessidade de reconfiguração manual. Indicado para uso em hospitais, prontos atendimentos e unidades móveis. Possuir bateria interna recarregável, garantindo autonomia em diferentes ambientes. Acessórios obrigatórios: cabo ECG, sensor SpO ₂ , manguito para PNI, sensor de temperatura e demais itens necessários ao pleno funcionamento do equipamento. Display: 12" TFT LCD colorido de alta resolução, permitindo visualização simultânea e em tempo real dos cinco parâmetros essenciais: ECG, SpO ₂ , PNI, Respiração e Temperatura. Dimensões: Largura: 29 cm, Comprimento: 19 cm, Altura: 32 cm, Peso bruto: 5.000 g.	4	UN	8.583,00	34.332,00
8	255585	ELEVADOR DE TRANSFERÊNCIA PARA ELEVAÇÃO DE PACIENTES , indicado para clínicas e hospitais, destinado à elevação e transferência segura de pacientes, com capacidade de até 180 kg. Equipamento de alta resistência e desempenho, com abertura mecânica da base e capaz de posicionar o selete até a altura do chão, facilitando o acesso e a mobilização do paciente. Equipamento de simples operação, com manopla de empurrar ergonômica que permite o manuseio sem esforço excessivo do cuidador, enfermeiros, técnicos em enfermagem e médicos. Alimentado por duas baterias seladas de 12 V, recarregáveis por carregador automático bivolt (110/220 V), garantindo praticidade e autonomia. Deve acompanhar selete (cesto de transferência) confeccionado em material resistente, lavável e acolchoado, oferecendo conforto e segurança ao paciente. Possui 4 rodízios dirigíveis, sendo os traseiros com freio, assegurando estabilidade durante a operação. Peso do equipamento: 50 kg, Capacidade máxima: 180 kg, Material da estrutura: Aço carbono, Estrutura desmontável, Pintura: Epóxi, anti ferrugem, Dimensões da caixa (cm): L 60 x C 150 x A 30, Abertura de pernas: Mecânica, com acionamento por pedal, Rodízios dianteiros: 4" maciços giratórios, Rodízios traseiros: 4" maciços giratórios, com freio, Baterias: 2 x 12	1	UN	8.235,00	8.235,00



		V, 7 Ah, seladas, Carregador: Automático 110/220 V, Atuador: Elétrico, com acionamento manual de emergência, colete: acolchoado, lavável, com 6 pontos de fixação, Acionamento: Botão com chave de segurança.				
9	482054	FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR DE LED deve possuir pedestal transportável com rodízios, incluindo sistema de freios posicionados na diagonal. A concepção estrutural necessita ser leve, compacta e de fácil deslocamento. A base deve ser fabricada em aço carbono com tratamento antiferruginoso e pintura eletrostática epóxi, garantindo maior durabilidade. O equipamento deve conter mastro inferior e superior com haste interna em inox, permitindo ajuste regulável de altura. A cúpula deve ser confeccionada em polímero de alto impacto (poliestireno) e deve possuir quatro placas de LEDs, totalizando 12 power LEDs. O índice de reprodução de cor necessita alcançar 100. A manopla deve ser produzida em alumínio, possibilitando direcionamento preciso do campo luminoso. O foco deve fornecer luz fria por meio de filtros de permeabilidade espectral branca, atendendo às necessidades clínicas diversas. A luminosidade deve alcançar 60.000 lux. A alimentação elétrica deve ser em série isolada, conforme os requisitos da norma IEC 60.601-1, assegurando desempenho seguro e estável. O equipamento deve possuir luz fria, branca, uniforme e com alta precisão, garantindo excelente concentração do campo iluminado. A instalação necessita ser simples e com mecanismo de montagem rápida, sem necessidade de técnico especializado. Os LEDs devem possuir vida útil aproximada de 60.000 horas. O sistema necessita ter auto balanceamento sem uso de contrapeso, e os movimentos dos braços devem ocorrer de forma suave e com mínimo esforço. A fonte de alimentação deve ser independente, com controle de corrente chaveada, atendendo aos requisitos normativos e oferecendo segurança à equipe médica. Informações Técnicas: Quantidade de LEDs: 12, Potência nominal: 77 VA, Tipo de corrente: AC, Temperatura de cor: 3000 a 6500 K, Tensão de entrada: 127/220 VAC, Frequência: 50/60 Hz, Potência do bulbo (lente): 7,2 W, Número de fases: bifásico, IRC: superior a 98%, Diâmetro do campo focal: 50 a 200 mm, Energia radiante média: inferior a 3 mW/m².lx, Diâmetro da cúpula: 216 mm, Consumo máximo por LED: 2,66 W, Fonte chaveada full range entre 90 e 240 VAC (bivolt).	4	UN	768,00	3.072,00
10	433858	DETECTOR FETAL DE MESA destinado à captação de movimentos internos do corpo humano por meio do sistema Doppler, permitindo a detecção do batimento cardíaco fetal e o diagnóstico de gestação múltipla, possibilitar a avaliação do ritmo cardíaco fetal durante a gravidez e no período pré-parto. Com som claro da placenta, auxiliando sua localização e contribuindo para o diagnóstico de placenta prévia, sendo possível também identificar o fluxo do cordão umbilical. Oferecendo excelente sensibilidade com menor nível de ruídos, proporcionando resultados eficazes na prática obstétrica. O gabinete e o transdutor são construídos em material ABS de alto impacto, garantindo resistência, durabilidade e proteção contra oxidação e deterioração. O sistema deve conter suporte lateral para acomodação do transdutor, desligamento automático após um minuto sem uso, controle de volume, tonalidade e memória, que permita a detecção fetal de forma não invasiva. Com transdutor fetal com frequência de 2 MHz \pm 10%, diâmetro ultrassônico de 50 mm, profundidade ultrassônica de 200	3	UN	785,00	2.355,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 991/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90.020/2026

		mm, peso líquido de 1,4 kg, faixa de medição de cinquenta a duzentos e quarenta batimentos por minuto, display digital para visualização dos parâmetros, dimensões aproximadas de 135 por 117 por 33 milímetros, potência de 32 VA ou 15 W, potência ultrassônica inferior a 5 mW/cm², autonomia máxima de consumo de até cinco horas, saída para fone de ouvido, com fone anexo, cabo de energia, alimentação bivolt (110/220 V).				
11	264609	FRIGOBAR 45L BRANCO deve conter design compacto e eficiente, adequado para uso em posto de enfermagem e farmácia, oferecendo capacidade interna de 45 litros para armazenamento de medicações. O equipamento deve possuir alta eficiência energética com classificação A, garantindo economia e funcionamento sustentável sem prejuízo ao desempenho. É necessário que apresente compartimento de resfriamento rápido para agilizar o resfriamento, prateleiras em vidro resistentes e de fácil limpeza que possibilitam organização prática e visualmente uniforme e sistema de refrigeração capaz de manter temperatura constante para assegurar a conservação adequada das medicações. O frigobar deve possuir espaço interno funcional, com estrutura projetada para aproveitamento total do volume disponível, e deve contar com compressor com garantia de fábrica de um ano, assegurando durabilidade. É necessário que apresente dimensões aproximadas de 47,2 cm de largura, 49,2 cm de altura e 45 cm de profundidade, permitindo sua instalação em espaços reduzidos sem comprometer a circulação ou o ambiente.	3	UN	719,50	2.158,50
12	428195	CARRINHO MESA AUXILIAR EM AÇO INOX deve conter estrutura robusta e resistente, construída integralmente em inox, garantindo alta durabilidade, facilidade de higienização e resistência à corrosão, sendo adequado para uso em ambientes que exigem elevado padrão de limpeza, como clínicas, consultórios e áreas hospitalares. O equipamento deve possuir duas prateleiras com dimensões aproximadas de 90 cm de comprimento, 50 cm de largura e 80 cm de altura, oferecendo área suficiente para acomodação de materiais para sutura, instrumentos e pequenos equipamentos, contribuindo para maior organização e eficiência nas rotinas de trabalho. É necessário que o carrinho possua rodízios que proporcionem mobilidade ao usuário, facilitando o deslocamento do equipamento entre diferentes ambientes; os rodízios devem ser instaláveis ou removíveis conforme necessidade operacional. O carrinho deve possuir capacidade para suportar carga aproximada de 40 kg distribuída entre as prateleiras e deve apresentar estrutura fixa, sem ajuste de altura e sem gavetas, garantindo simplicidade, estabilidade e facilidade na limpeza. É necessário que acompanhe todos os itens essenciais para utilização, incluindo prateleiras, estrutura montável e parafusos de fixação, devendo ser fornecido pronto para montagem simples conforme orientações do fabricante. O equipamento deve conter acabamento em inox de alto padrão, com superfícies lisas para evitar acúmulo de resíduos e facilitar a desinfecção rotineira, anti ferrugem.	5	UN	670,00	3.350,00
13	442492	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ELETRÔNICA deve conter capacidade máxima de 300 kg, com carga mínima de 1 kg e divisão de 50 g, garantindo precisão adequada para uso clínico e hospitalar. É necessário que a plataforma possua dimensões de 40 x 50 cm e que a coluna tenha altura de 1,20 m, oferecendo estabilidade e conforto durante o uso. A balança deve possuir régua	4	UN	930,00	3.720,00



		antropométrica confeccionada em alumínio anodizado, com escala de até 2,00 m e divisões de 0,5 cm, permitindo a medição precisa da estatura do paciente. O display deve ser do tipo LED, com 6 dígitos e altura de números de 14,2 mm por 8,1 mm de largura, proporcionando leitura clara mesmo em ambientes com baixa luminosidade. A estrutura deve conter aço carbono com pintura epóxi na cor branca, anti ferrugem, garantindo resistência, durabilidade e facilidade de higienização. O equipamento deve possuir fonte de alimentação externa bivolt automática, operando entre 90 e 240 Vac com chaveamento automático, além de função tara até o limite total da capacidade da balança. É necessário que seja certificada pelo Inmetro e aferida pelo Ipem, assegurando conformidade com normas de metrologia legal, e que ofereça garantia mínima de 1 ano. As dimensões totais do equipamento devem conter aproximadamente 123 cm de altura, 63 cm de largura, 44 cm de comprimento, peso líquido de 22 kg, peso bruto de 23,25 kg e volume de 0,3409 m³.				
14	615390	ELETCARDIOGRAFO deve conter sistema de aquisição em 12 canais simultâneos, permitindo verificar e registrar o eletrocardiograma do paciente com precisão diagnóstica. É necessário que o equipamento forneça registro completo do ECG, parâmetros de medida e função de autoanálise, possibilitando avaliação clínica segura. Deve possuir impressão em formato A4 para fácil visualização, com informações do paciente e identificação do operador diretamente no relatório, garantindo rastreabilidade e organização dos exames. O equipamento deve possuir função de cópia, permitindo múltiplas impressões do mesmo exame, e função grade que possibilita o uso de bobina de fax, reduzindo custos operacionais. A operação deve ser prática, com comandos simplificados através de teclas de função para modos de impressão e monitor. É necessário que ofereça interpretação automática baseada no código Minnesota, proporcionando apoio ao diagnóstico. O equipamento deve possuir interface para modem, permitindo transmissão e recepção do ECG por fax quando aplicável. Deve operar por meio de bateria interna recarregável para uso contínuo, além de alimentação elétrica automática em 110 V e 220 V, garantindo portabilidade e uso em ambulâncias, transporte de pacientes e atendimentos externos. A impressora térmica integrada deve possuir alta resolução, permitindo impressão em 1, 3, 6 e 12 canais no formato A4, com boa qualidade gráfica e rapidez. O software deve possibilitar visualização, arquivamento, envio e impressão dos exames em papel comum.	3	UN	5.590,00	16.770,00
15	427815	TÁBUA DE MANOBRA CARDÍACA deve conter estrutura confeccionada em polietileno resistente, garantindo durabilidade, segurança e estabilidade durante o uso em procedimentos de reanimação cardiopulmonar. É necessário que apresente dimensões aproximadas de 50 cm de comprimento, 40 cm de largura e 0,5 cm de espessura, permitindo adequado posicionamento do paciente e facilitando a execução das manobras de compressão torácica. Deve possuir superfície rígida e uniforme, essencial para assegurar compressões eficazes durante atendimentos emergenciais.	3	UN	258,50	775,50
16	459186	ASPIRADOR CLÍNICO DE SECREÇÕES indicado para aspiração de líquidos e secreções em procedimentos hospitalares. O equipamento deve possuir bomba de vácuo com acionamento	2	UN	529,00	1.058,00



		elétrico acoplada a dispositivos mecânicos que geram pressão negativa, permitindo a formação de vácuo no interior do recipiente conectado ao tubo de sucção e à entrada da bomba. Quando acionado, o aparelho retira o ar do frasco coletor, possibilitando a entrada do líquido ou secreção pelo tubo de aspiração, que é armazenado adequadamente. Deve permitir regulagem da pressão de sucção, oferecendo fácil manuseio e higienização. Deve contar com proteção Microban, aplicada em todos os acessórios, que reduz e impede a proliferação de bactérias responsáveis por odores e manchas, garantindo maior segurança e higiene durante toda a vida útil do produto. Possuir frasco coletor com capacidade de 1,3 litros, válvula antitransbordamento e protetor térmico automático contra superaquecimento. O motor deve apresentar potência de 1/33 HP e vazão de 20 litros por minuto em fluxo livre. O aparelho deve ser bivolt, com chave seletora para escolha de voltagem, e pesar aproximadamente 2,5 kg. Oferecer garantia de um ano, e seus acessórios.				
17	635793	KIT CIPA COM PRANCHA EM POLIETILENO deve conter um conjunto completo de equipamentos destinados ao atendimento e resgate em situações de emergência. É necessário que o kit apresente capa para armazenamento adequado, prancha longa confeccionada em polietileno, imobilizador de cabeça adulto, conjunto de três cintos de engate rápido nas cores amarelo, vermelho e preto, além de jogo de talas aramadas em borracha tipo EVA em quatro tamanhos. Deve possuir também bandagem triangular de tamanho médio, colares cervicais nos tamanhos P, M e G, manta térmica aluminizada, tesoura de ponta romba, dois óculos de proteção, ataduras de crepe nos tamanhos 10 x 1,20 cm e 15 x 1,20 cm e duas máscaras RCP descartáveis. O conjunto deve apresentar dimensões aproximadas de 6 cm de altura, 45 cm de largura e 180 cm de comprimento.	2	UN	1.012,50	2.025,00
18	623240	COLCHÃO PNEUMÁTICO deve conter características que garantam conforto, segurança e prevenção de lesões por pressão em pacientes acamados. É necessário que suporte peso máximo de 135 kg e apresente tempo inicial de inflagem de aproximadamente 25 minutos, sendo testado e aprovado por Inmetro e Anvisa. O colchão inflado deve medir cerca de 7 cm de altura, 90 cm de largura e 200 cm de comprimento, com peso líquido aproximado de 2,8 kg. Deve possuir ciclo de funcionamento de 10 minutos, com alternância entre inflar e desinflar em intervalos de 5 a 6 minutos cada. O material deve ser PVC resistente, leve, impermeável e de fácil higienização. O colchão deve conter 130 células uniformes e permitir operação contínua, considerando potência de 7Wh. A garantia deve ser de um ano para o motor e seis meses para os demais componentes. A unidade deve possuir tensão selecionável entre 110V e 220V, peso aproximado de 0,9 kg e grau de proteção IP21. Deve conter volume de ar entre 6 e 7 litros por minuto, classe de isolamento II e funcionamento em modo contínuo, com indicação luminosa quando estiver ligada. Suas dimensões devem ser de aproximadamente 22 cm por 11 cm por 8,5 cm, sendo confeccionada em plástico ABS e componentes eletrônicos, com cabo de alimentação de 1,5 metro. A unidade deve fornecer pressão máxima de saída de 2,0 psi, equivalente a 103,42 mmHg, com potência de 10 VA e frequência de 60 Hz, assegurando baixíssimo consumo de energia. A mangueira de ar deve possuir 1,5 metro e ser confeccionada em PVC resistente. O conjunto deve	15	UN	240,70	3.610,50



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 991/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90.020/2026


		incluir colchão inflável Air Plus, mangueira de conexão dupla, unidade de controle com compressor, kit para pequenos reparos e manual de instruções.				
19	428365	CADEIRA DE RODAS deve conter estrutura confeccionada em aço carbono, garantindo alta durabilidade, resistência e segurança no uso diário. É necessário que possua assento e encosto em nylon, oferecendo conforto ao usuário, além de ser dobrável, o que facilita o transporte e o armazenamento. Deve possuir freios bilaterais e aro impulsor bilateral, permitindo maior agilidade, controle e segurança. Os apoios de braço e de pés devem ser fixos, proporcionando estabilidade durante o uso. As rodas dianteiras devem ser equipadas com pneus maciços aro 06 e as rodas traseiras aro 24 em roda de nylon, material mais resistente que o alumínio e que não enferruja, assegurando maior durabilidade e segurança. A capacidade máxima de peso deve ser de 85 kg, permitindo utilização confiável. A cadeira deve possuir largura de assento de 50 cm, profundidade de assento de 41 cm, altura do encosto de 36 cm e altura do assento ao chão de 52 cm. O comprimento total deve ser de aproximadamente 100 cm, com largura total aberta de 65 cm e largura total fechada de 30 cm. A altura do chão à manopla deve ser de 94 cm, a altura do chão ao apoio de braço de 70 cm e a distância do assento ao apoio de braço de 20 cm. O peso total da cadeira deve ser de aproximadamente 14 kg.	4	UN	699,99	2.799,96
20	404339	CADEIRA HIGIÊNICA DE BANHO deve conter sistema 4 em 1, permitindo sua utilização para banho, apoio sobre o vaso sanitário, higiene e transporte interno, sendo ideal para usuários com dificuldade de locomoção que necessitam realizar sua higienização sentados. É necessário que possua sistema anti-tombo rebatível, oferecendo maior segurança durante o uso, especialmente no transporte. As rodas devem ser giratórias e equipadas com travas, garantindo estabilidade, e o apoio de mãos do condutor deve ser acolchoado, proporcionando mais conforto no manuseio. O equipamento deve possuir as seguintes características, na cor preta, confeccionado em alumínio, polipropileno e PVC. Deve suportar até 150 kg, ser desmontável e dobrável, facilitando o armazenamento e o transporte. As dimensões devem incluir altura total de 96,5 cm, largura de 61 cm, comprimento de 83 cm, altura do assento de 50 cm e tamanho do assento de 42,5 x 44 cm. O peso total do equipamento deve ser de aproximadamente 7,4 kg.	5	UN	558,49	2.792,45
21	614748	COLCHÃO HOSPITALAR D33 deve possuir revestimento em napa azul impermeável e material interno composto por espuma de alta densidade D33, garantindo suporte adequado, conforto ergonômico e resistência para uso contínuo em ambiente hospitalar. É necessário que o produto seja fabricado com napa impermeável de alta qualidade, permitindo fácil higienização, evitando infiltrações e contribuindo para o controle de contaminação. A espuma deve ser selada e aprovada pelo Inmetro, assegurando conformidade com padrões de qualidade e segurança. O colchão deve oferecer durabilidade, estabilidade e conforto ao usuário, sendo adequado para leitos comuns e articulados. Deve conter um colchão hospitalar individual, modelo hospitalar, compatível com categorias de camas articuladas.	10	UN	425,00	4.250,00
22	349928	TRAVESSEIRO HOSPITALAR deve possuir revestimento em napa (courvin) impermeável e resistente à água, com tratamento antimicrobiano que facilita a higienização e impede a absorção de	20	UN	46,92	938,40



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 991/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90.020/2026

		líquidos, garantindo maior durabilidade e segurança no uso hospitalar ou residencial. É necessário que contenha enchimento em fibra siliconada 100%, oferecendo maciez, conforto e sustentação mesmo em uso prolongado, além de proporcionar menor ruído durante os movimentos. Deve possuir zíper oculto, permitindo a remoção do refil interno em TNT para limpeza prática e segura. O produto deve apresentar dimensões de 70 x 50 cm e ser indicado para diversas necessidades, atendendo recomendações de profissionais da saúde.				
23	615217	BIOMBO SANFONADO HOSPITALAR deve possuir estrutura confeccionada em PVC rígido de excelente qualidade, garantindo resistência, durabilidade e fácil higienização, características essenciais para ambientes clínicos e hospitalares. É necessário que seja do tipo base móvel, dotado de rodízios que permitam deslocamento fácil entre leitos, sem freios nos rodízios. O biombo deve apresentar altura de 160 cm e larguras disponíveis de 204 cm, permitindo adequação conforme a necessidade do ambiente assistencial. As duas laterais devem possuir movimento sanfonado, possibilitando ajuste na abertura e facilitando a divisão e privacidade dos leitos. Deve possuir cor azul, não requerendo fixação em parede. O material de fabricação deve ser PVC rígido ScreenFlex TWB.	3	UN	977,00	2.931,00
24	434686	SUPORTE PARA SORO deve possuir estrutura confeccionada integralmente em aço inox AISI 304, garantindo alta resistência, durabilidade e fácil higienização, características essenciais para uso hospitalar. É necessário que o equipamento contenha quatro ganchos em aço inox para sustentação de frascos e bolsas de soro e que seja equipado com base em tubo de aço inox com quatro pés dotados de rodízios de 2 polegadas em termoplástico tipo bola, permitindo mobilidade suave e segura nos setores assistenciais. O suporte deve possuir altura regulável entre 1,20 m e 2,15 m, ajustada por meio de manipulou ou anel de fixação, conforme disponibilidade do fabricante. Opcionalmente, deve oferecer a possibilidade de utilização de pés em ferro fundido esmaltado. O produto deve atender às normas de qualidade aplicáveis	10	UN	290,00	2.900,00
25	422562	MESA AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO deve conter superfície de alimentação em aço inox 304, medindo aproximadamente 53 x 33 x 2 cm, garantindo resistência, fácil higienização e compatibilidade com ambientes hospitalares, antiferrugem. É necessário que a estrutura seja fabricada em tubos de aço carbono com acabamento em pintura eletrostática na cor branca, proporcionando durabilidade e proteção contra corrosão. Deve possuir base tipo H com dimensões aproximadas de 53 x 33 cm, assegurando estabilidade durante o uso clínico. A mesa deve possuir altura regulável entre 65 cm e 1,10 m, permitindo adequado posicionamento conforme a necessidade do paciente. Deve possuir rodízios giratórios que facilitem a mobilidade e o deslocamento, além de ser desmontável e portátil. O peso aproximado do equipamento deve ser de 5,2 kg. O produto deve atender às normas de qualidade aplicáveis	20	UN	557,97	11.159,40
26	405329	MICRO-ONDAS deve possuir painel integrado espelhado. É necessário que tenha capacidade de 31 litros, proporcionando espaço adequado para aquecer e preparar dietas de pacientes com sonda, soros, bolsas térmicas. Deve possuir display inteligente que exibe apenas os botões mais utilizados quando a porta está fechada, permitindo economia de energia, além da função "desliga display", que contribui ainda mais para o consumo reduzido. O	5	UN	599,00	2.995,00



		equipamento deve possuir função manter aquecido, mantendo na temperatura desejada até o momento de usar. Deve conter tecnologia com menu online. As dimensões devem ser de aproximadamente 42,5 x 52 x 32,5 cm, com peso aproximado de 15 kg, instalação sobre bancada e eficiência energética A. É necessário que opere em 220 volts, com potência de 1000 watts, possuindo prato giratório incluso. Deve possuir funções especiais como função mudo, tira odor e tecla meu prato, além de acabamento na cor prata e material interno em alumínio. O produto deve atender às especificações de segurança e qualidade aplicáveis				
27	363408	<p>PIA INDUSTRIAL EM AÇO INOX deve conter dimensões de 180x60x90 cm e possuir cuba dupla, cada uma com medidas de 50x40x30 cm, atendendo às necessidades de Centro de Materiais de Esterilização (CME) que exige higienização rigorosa e limpeza prática. É necessário que o produto seja fabricado em aço inox com acabamento escovado, garantindo durabilidade, resistência à corrosão e facilidade de manutenção. A estrutura deve possuir pés confeccionados em tubo de 1" com chapa #20, além de tampo com chapa de espessura #22 (0,8 mm) em aço AISI 430. A pia deve suportar carga distribuída de até 120 kg sobre a mesa, contando com reforço sob o tampo para maior resistência, e capacidade de até 60 kg no estrado inferior, que deve possuir travamento fenestrado permitindo sua utilização como prateleira adicional. Deve conter sapatas de nylon com regulagem para nivelamento adequado no ambiente e apresentar cubas soldadas em argônio, garantindo vedação, acabamento uniforme e maior durabilidade. O produto deve ter peso aproximado de 50 kg e atender às necessidades de operação em cozinhas industriais, hospitais, padarias, restaurantes, açougues e demais ambientes que demandam equipamentos robustos e de alta qualidade.</p> 	3	UN	2.375,00	7.125,00
28	621803	<p>VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO COM FLUXÔMETRO DE OXIGÊNIO MEDICINAL deve possuir alta resistência e qualidade, sendo desenvolvida em metal cromado com filtro de bronze sintetizado, garantindo durabilidade e segurança no uso hospitalar. O corpo deve ser fabricado em latão cromado, com conexões de entrada e saída também em latão cromado, atendendo às normas ABNT 218-1 para oxigênio. O manômetro deve ser confeccionado em aço com pintura epóxi, apresentando escala de pressão de 0 a 31,5 MPa (0 a 315 Kgf/cm²). A saída do gás deve ser calibrada para $3,5 \pm 0,3$ Kgf/cm², considerando entrada de 100 Kgf/cm², assegurando o controle adequado do fluxo de oxigênio. É necessário que o produto apresente estrutura compacta, com altura aproximada de 13 cm,</p>	20	UN	317,92	6.358,40



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 991/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90.020/2026

		largura de 6 cm, profundidade de 17 cm e peso em torno de 0,751 kg. Para garantir a precisão e a segurança, deve conter indicação de calibração e recomenda-se que esta seja verificada com aprovação na Anvisa.				
29	437901	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO COM FRASCO DE 250 ML e rosca deve possuir estrutura resistente e de fácil manuseio, sendo projetado para garantir eficiência na umidificação gerada pela passagem do oxigênio medicinal. O produto deve conter tampa confeccionada em nylon, conforme especificações técnicas, frasco plástico com capacidade para 250 ml, tubo interno com borbulhador que possibilite a adequada circulação e difusão das partículas, além de conexão de entrada de oxigênio com rosca metálica, assegurando vedação e encaixe firmes. É necessário que o umidificador seja compatível com equipamentos de oxigenoterapia, proporcione fluxo contínuo e uniforme.	30	UN	17,52	525,60
30	451856	FLUXÔMETRO PARA GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL , na cor verde, deve possuir corpo confeccionado em latão cromado, garantindo resistência e durabilidade ao equipamento. É necessário que contenha anel O'Ring em borracha nitrílica, assegurando vedação eficiente e segura, além de rolante de regulação fabricado em nylon, que permita ajuste preciso do fluxo de oxigênio. A porca de conexão, do tipo borboleta, deve ser produzida em nylon com rosca interna em latão, proporcionando firmeza na fixação e facilidade de manuseio. A conexão de entrada, em formato de bico, deve ser em latão cromado, garantindo compatibilidade com sistemas hospitalares e resistência à oxidação. O produto deve conter bilha interna e externa em metal, para melhor controle visual e estabilidade durante o uso, e tampão confeccionado em silicone medicinal, que assegure estanqueidade e atenda às normas de segurança e higiene exigidas para gases medicinais.	30	UN	58,48	1.754,40
31	633547	ESTANTE DE AÇO BIPARTIDA COM 6 PRATELEIRAS deve possuir estrutura robusta e resistente, sendo ideal para organização e armazenamento eficiente em diferentes ambientes, como depósitos, almoxarifados, escritórios e áreas administrativas. O modelo deve conter seis bandejas com capacidade de 30 kg cada, totalizando resistência para até 180 kg distribuídos uniformemente. É necessário que seja fabricada em aço de alta qualidade, com colunas bipartidas e pintura eletrostática na cor cinza, garantindo maior durabilidade, resistência à ferrugem e à corrosão, além de acabamento liso e uniforme. Deve conter medidas aproximadas de 1,80 m de altura, 90 cm de largura e 30 cm de profundidade, proporcionando praticidade e aproveitamento do espaço. O produto deve acompanhar parafusos e porcas para montagem, além de sapatas plásticas de proteção para o piso. É necessário que a instalação envolva a fixação adequada das colunas no chão e na parede, bem como a parafusagem das prateleiras às colunas, assegurando estabilidade, segurança e longa vida útil ao equipamento.	20	UN	424,00	8.480,00
32	329391	ANDADOR ORTOPÉDICO 3 em 1 deve possuir estrutura resistente, ergonômica e funcional, sendo indicado para idosos, adultos ou pessoas em processo de reabilitação que necessitam de auxílio para locomoção. O equipamento deve permitir três modos de uso, podendo ser utilizado como andador fixo, para garantir máxima estabilidade, e como andador articulado, que acompanha o movimento natural das pernas, proporcionando maior conforto e autonomia ao usuário. É necessário que o produto seja	5	UN	157,99	789,95



		confeccionado em aço carbono de alta resistência, com capacidade para suportar até 130 kg, e que possua sistema de pino click com mola-trava para fácil abertura e fechamento. Deve conter altura regulável com, no mínimo, oito níveis de ajuste, adequada para usuários entre 1,45 m e 1,90 m, além de apoios de mãos emborrachados, anatômicos e confortáveis, que proporcionem firmeza e segurança durante o uso prolongado. O andador deve possuir ponteiros com reforço interno em metal e pés de borracha antiderrapantes, assegurando maior aderência e estabilidade em diferentes tipos de piso. É necessário que seja leve e compacto, com peso aproximado de 2,8 kg, facilitando o armazenamento e o transporte. As dimensões devem ser próximas de 36 cm de profundidade, 50 cm de largura e 76 cm de altura. Ressalta-se que o modelo não deve conter rodas, devendo priorizar segurança, durabilidade e conforto ao usuário.				
33	631464	CAMA HOSPITALAR MOTORIZADA RECLINÁVEL , com elevação tubular motorizada, cabeceira, peseira e grades injetadas. Cama hospitalar elétrica destinada à acomodação de pacientes em recuperação e à realização de procedimentos médicos, possibilitando ajustes em múltiplas posições através de sistema motorizado. Deve possuir cabeceira e peseira com movimentação elétrica, removíveis, fabricadas em polietileno injetado ABS termoplástico de alta resistência. A estrutura do leito é construída em longarinas de aço perfilado em "U", com estrado articulado em chapa de aço. Deve ter proteção lateral composta por quatro grades em polietileno injetado ABS termoplástico de alta resistência, dispostas na cabeceira e peseira, com sistemas articuláveis e retráteis que permitem recolhimento para facilitar a transferência do paciente, sendo dotadas de sistema de segurança com trava e destrava. Movimentos: Fowler, semi-Fowler, posição sentada, flexão de pernas, vascular, cardíaca e elevação de leito. Os movimentos são acionados por 3 (três) funções motorizadas, através de atuador elétrico duplo, blindado, de tecnologia alemã, operando em 110/220 V (bivolt). A estrutura recebe tratamento antiferruginoso por fosfatização e acabamento em pintura eletrostática a pó com resina epóxi-poliéster, polimerizada em estufa, garantindo alta resistência química e mecânica. Acompanha rodízios de 3", com freio de dupla ação em diagonal. Capacidade máxima: 160 kg, Dimensões: Comprimento: 190 cm Largura: 90, cm Altura mínima: 45 cm, Altura máxima: 75 cm, Elevação tubular: motorizada.	03	UN	6.200,00	18.600,00
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 318.232,56 (trezentos e dezoito mil, duzentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos)						

Obs.: Itens 1 a 32 exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Item 33 (desmembrado do item 6) para Ampla Concorrência.

1.5. A demanda indicada acima, refere-se ao quantitativo estimado para o período de 12 (doze) meses, por isto, a contratada compromete-se a fornecer os mesmos de forma parcelada durante a vigência contratual, conforme a necessidade do Município.

1.6. Optou-se pelo uso do Sistema de Registro de Preços, fundamentado no inciso II, do art. 40º, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que convém a este Órgão, a entrega parcelada dos bens, de acordo com a efetivação das necessidades previstas e a disponibilidade orçamentária.

II. Este Órgão não realizou o procedimento público de intenção de registro de preços na fase preparatória deste processo licitatório, para a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata, pois este será o único contratante, conforme previsão § 1º do Art. 86º da Lei 14.133/2021.



III. Demais órgãos e entidades poderão aderir à ata (s) de registro de preços oriunda deste processo licitatório, na condição de não participantes, observados os demais incisos do Art. 86 da mesma lei.

1.7. Nos termos do art. 83 da Lei 14.133/2021, “A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada”.

2 - DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME:

2.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta por comando do Pregoeiro com a utilização de uma chave de acesso e senha, no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminados:

Endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 988675 - Pregão Eletrônico nº 90.020/2026

DATA: 12/03/2026 (Doze do Mês de Março do Ano de Dois Mil e Vinte e Seis)

HORÁRIO: 09:00 (Nove Horas), (horário de Brasília).

2.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

2.3. A licitação será dividida em itens, conforme a descrição constante no Modelo de Proposta - Anexo II do presente edital.

2.4. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1. Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação, serão alocados quando da formalização de contratos simplificados e emissão das Notas de Empenho de Despesa.

4 - DO CREDENCIAMENTO:

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória de Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

I. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

I. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

5.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

I. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do



editais, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei;

II. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

III. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Art. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para aplicação do disposto neste edital.

i. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

ii. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte

IV. Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

V. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

VI. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

VII. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

VIII. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5.4. DAS VEDAÇÕES:

I. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

i. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

ii. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

iii. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

iv. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

v. Agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

II. O impedimento de que trata a alínea “i” do item 5.4, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

III. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que



desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos (conforme item 10 deste Edital), a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, logo após o encerramento da etapa de envio de lances da sessão pública, conforme subitem 8.21 deste edital.

I. Conforme Inciso II do Art. 63 da Lei 14.133/2021 na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

“Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, ...”, portanto os documentos de habilitação e/ou complementares ao SICAF, deverão ser encaminhados juntamente com a proposta vencedora conforme subitem 8.21 deste edital.

II. Não haverá Garantia de Proposta como requisito de pré-habilitação (Art. 58 Lei 14.133/2021).

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I. Valor total (se possível incluindo o valor unitário do item/subitem);

II. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia,

III. Os preço unitário e total, em reais, com até 2 (duas) casas decimais, expresso em algarismos, em moeda nacional e, de preferência, por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, para todos os itens e subitens.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

I. EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO INSERTAS NO SIASGNET E AS DESTE EDITAL, PREVALECERÃO AS CONSTANTES NESTE EDITAL.

II. Para sanar alguma divergência, todos os itens inseridos no Sistema SIASGnet, contem no campo “Observações do Item” a descrição constante no edital.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6. A documentação correspondente à proposta, deverá ser anexada, sob pena de desclassificação.



8 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

I. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

II. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

III. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

I. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,1 % (zero vírgula um por cento).

8.9. O MODO DE DISPUTA SERÁ ABERTO E FECHADO, onde a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

8.10. Encerrado o prazo previsto no item 8.9 o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.11. Encerrado o prazo de que trata o item 8.10, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10 (dez) por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.12. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o 8.11, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.13. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 8.10 e 8.11., o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

8.14. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 8.10 e 8.11 haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 8.13.

8.15. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 8.14.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:



I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento (Vide Decreto nº 11.430, de 2023).

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

i. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

ii. Empresas brasileiras;

iii. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

iv. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

I. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

II. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

I. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

I. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.

II. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.



9.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

I. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

II. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10 - DA HABILITAÇÃO:

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I. SICAF;

II. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

III. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

i. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

ii. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

iii. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

IV. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

I. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

II. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

III. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

I. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7. Ressalvado o disposto no item 6.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.8. Para Habilitação Jurídica a licitante deverá apresentar:

I. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

i. Se Microempreendedor Individual, a apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI substituirá o CNPJ e a inscrição na Junta Comercial.

III. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

IV. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz, no caso de ser participante sucursal, filial ou agência;

V. No caso de sociedade simples, a inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

VI. No caso de cooperativa, a ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

VII. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, o decreto de autorização;

VIII. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.9. Para Regularidade Fiscal e Trabalhista a licitante deverá apresentar:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

III. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

V. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VI. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

VII. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

VIII. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

IX. Mesmo que o licitante seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta



apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.10. Para qualificação econômico-financeira a licitante deverá apresentar:

I Certidão Negativa de Falência ou de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento, quando esta não contiver data de validade, havendo mais de um cartório distribuidor deverá ser apresentado documento hábil do órgão judiciário informando o número de distribuidores;

i. Em caso de dúvida ou manifestações contrárias ao documento apresentado pelo licitante, o Pregoeiro diligenciará para sanar as divergências, sendo o mesmo inabilitado se ficar comprovado a existência de mais de um cartório distribuidor na sede da licitante;

II. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis e apresentáveis na forma da Lei, ou seja, registrados na Junta Comercial ou Órgão competente que comprovem a boa situação financeira da empresa:

i. Os documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos

ii. Para comprovação da boa situação financeira, serão utilizados os seguintes indicadores mínimos abaixo, que reproduzirão a boa situação econômico financeira da Licitante, garantindo assim o cumprimento da obrigação contratada:

	AC
LIQUIDEZ CORRENTE:	----- = igual ou superior a 1,00
	PC
Obs.:	Indicará quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis à curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.
	AC + ARLP
LIQUIDEZ GERAL:	----- = igual ou superior a 1,00
	PC + PELP
Obs.:	Indicará quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte, para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.
	PC + PELP
GRAU DE ENDIVIDAMENTO:	----- = igual ou menor que 1,00
	AT
Obs.:	Expressará o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas, envolvendo além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Onde: AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível; ARLP = Ativo Realizável à Longo Prazo; AP = Ativo Permanente; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PELP = Passivo Exigível à Longo Prazo; PL = Patrimônio Líquido.

Obs.: Os índices previstos acima poderão ser substituídos por Demonstração de Patrimônio Líquido, de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

10.11. Para qualificação técnica a licitante deverá apresentar:

I. Atestado de Capacitação Técnica, que comprove aptidão para fornecimento, pertinente e compatível com a natureza do presente objeto, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação;

II. Folder e ou Catálogo com as especificações e fotos do equipamento para avaliação pelo pregoeiro ou pelo setor demandante, se o produto proposto atende as especificações solicitadas;

III. Alvará Sanitário expedido pelo órgão de Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual da sede da licitante, exceto para os itens 11, 25, 26, 27 e 31;

IV. Comprovação do Registro na ANVISA para os itens 1 ao 20 e item 33.

10.12. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.13. Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.



10.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada conforme modelo Anexo II, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

I. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

II. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

III. O valor unitário em algarismos e o valor total em algarismos e por extenso, para os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no Art. 52 Lei 14.133/2021;

IV. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

I. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, vinculam a Contratada.

11.3. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.4. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.5. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12 - DOS RECURSOS:

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

II. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

III. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

IV. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem *contrarrazões* também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



V. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.3. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, no tocante ao item ao qual o recurso se referir, inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente.

12.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

12.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul, situada na rua General João Antônio, nº 1305, bairro Centro, São Vicente do Sul/RS, em dias úteis, no horário de 08:00 às 14:00.

12.7. Os recursos interpostos, deverão ser enviados via sistema COMPRASNET ou pelo e-mail pregoeiro@saovicentadosul.rs.gov.br.

13 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

I. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

II. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

III. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

I. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, facsímile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

II. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, caso não haja interposição de recurso, pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15 - DA VIGÊNCIA, ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS SIMPLIFICADOS:

15.1. A Ata de Registro de Preços oriunda deste processo licitatório, terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, desvinculada da duração dos créditos orçamentários, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso Art. 84 da lei 14.133/2021.

15.2. Os contratos simplificados/autorização de fornecimento terão prazo de vigência adstrita à validade dos respectivos créditos orçamentários.

15.3. A licitante vencedora deverá, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da convocação, apresentar-se para assinatura da Ata de Registro de Preços e Contrato Simplificado, sob pena de desclassificação da proposta, além das penalidades previstas no presente edital.

15.4. O prazo mencionado no item 15.3 poderá ser prorrogado uma só vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração conforme previsto no § 1º, do art. 90, da Lei nº 14.133/2021.

15.5. É expressamente vedada a subcontratação do objeto deste Edital, conforme previsto no § 2º do Art. 122 da Lei



14.133/2021.

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

16.1. O pagamento será efetuado em até 30 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto contratado, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado, constando o recebimento, por parte do servidor responsável, designado para tal.

I. Para efetivo pagamento, na Nota Fiscal deverá constar as retenções referente ao IRRF conforme Decreto Municipal nº 081/2022 (Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012).

II. Serão processadas as retenções previdenciárias, ISSQN e Imposto de Renda, quando for o caso, nos termos da legislação vigente.

I. A nota fiscal emitida pelo licitante vencedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número da modalidade da licitação e o número do empenho, para acelerar o trâmite de recebimento do serviço prestado e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

II. O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

III. Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.

IV. Para execução do pagamento de que trata este subitem, a Contratada deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Município de São Vicente do Sul - RS, CNPJ nº 87.572.079/0001-03.

V. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante vencedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

VI. Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

VII. O Município reserva-se o direito de recusar efetuar o pagamento se, no ato do atesto, o objeto licitado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita neste Termo de Referência.

VIII. Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, calculado pro rata die até a data do efetivo pagamento.

IX. A fiscalização poderá deduzir nas faturas os valores das multas porventura aplicadas pela fiscalização, e o valor dos prejuízos causados pela contratada, em decorrência da execução do objeto.

17. DA FISCALIZAÇÃO:

17.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste termo serão exercidos por meio de representante (s), designados pela Contratante, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à Contratada, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021:

§ 1º O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

17.2. Não obstante ser a Contratada a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

17.3. Cabe à Contratada atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto desta licitação, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da



Contratada, que é total e irrestrita em relação ao objeto executado, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste.

18. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

18.1. A entrega do objeto licitado será feita de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, após a homologação e assinatura da Ata de Registro de Preços e emissão da Nota de Empenho, de acordo com as quantidades requisitadas, nas condições e prazos estabelecidos abaixo.

I. A nota de empenho/ordem de entrega será enviada para o e-mail informado pela empresa na proposta de preços, sendo que a empresa licitante terá no máximo 24 (vinte e quatro) horas para confirmar o seu recebimento (para então iniciar a contagem dos prazos de entrega dos produtos).

II. A entrega provisória do objeto licitado deverá ser feita em até 15 (quinze) dias úteis após a solicitação e emissão da Ordem de Entrega, no endereço constante na nota de empenho de despesa.

III. O pedido de prorrogação de prazo para entrega, somente será reconhecido pelo município, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e solicitado antes de expirar o prazo de entrega estipulado.

IV. O objeto licitado deverá estar em conformidade com as normas e padrões da ABNT/NBR – Associação Brasileira de Normas Técnicas, do INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária e de outras normas regulamentadoras aplicáveis ao objeto, em vigor (caso houver).

V. Correrá por conta do fornecedor, qualquer prejuízo causado em decorrência do transporte e do descarregamento.

VI. As despesas decorrentes de frete, seguro e demais encargos e tributos competem exclusivamente ao fornecedor.

VII. O objeto licitado deverá ser entregue com as embalagens em perfeito estado.

VIII. Verificada a não conformidade na entrega do objeto licitado, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, providenciando a retirada dos mesmos e o respectivo reenvio, sem ônus de frete para a Administração, que em caso de recusa estará sujeito às penalidades previstas neste termo.

IX. A entrega definitiva do objeto licitado, será efetivada logo após a conferência do mesmo pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, desde que em conformidade com as exigências deste termo.

X. A nota fiscal deverá obrigatoriamente ser entregue junto com o objeto licitado.

20. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR:

20.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, a ser firmada entre a Licitante Vencedora e o Município os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega do produto licitado no local onde estiver sendo executado o objeto licitado:

I. Greve geral;

II. Calamidade pública;

III. Interrupção dos meios de transporte;

IV. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudicadas; e

V. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

20.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Licitante Vencedora.

20.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao Município, até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

20.4. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 (vinte e quatro horas) horas antes do dia de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

21.1. As sanções administrativas serão aplicadas conforme segue:

I. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

i. Dar causa à inexecução parcial do contrato;



- ii. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - iii. Dar causa à inexecução total do contrato;
 - iv. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - v. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - vi. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - vii. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - viii. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - ix. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - x. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - xi. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - xii. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- II.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no subitem I deste termo, as seguintes sanções:
- i. Advertência;
 - ii. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
 - iii. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da administração pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
 - iv. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- III.** As sanções previstas nas alíneas “i”, “iii” e “iv” do subitem I do presente termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “II” do mesmo item.
- IV.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no subitem II do presente termo.
- V.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- VI.** A aplicação das sanções previstas no subitem II deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- VII.** Na aplicação da sanção prevista no subitem II, alínea “ii”, do presente termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- VIII.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “iii” e “iv” do subitem II do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- IX.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- X.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- XI.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- XII.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:



- i. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- ii. Pagamento da multa;
- iii. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- iv. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- v. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

XIII. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “viii” e “xii do subitem II do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

22. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

22.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços registrados caso ocorra o desequilíbrio econômico financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 124, Inciso II, alínea “d” da Lei 14.133/2021: *“para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato”*.

23. DA EXTINÇÃO

23.1. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA:

- I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial as obrigações assumidas no contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

24.1. São Obrigações da Contratante

- I. Efetuar o devido pagamento à Contratada, nos termos do presente instrumento;
- II. Dar à Contratada as condições necessárias à regular execução do contrato;
- III. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada neste termo e no contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- IV. Designar servidor pertencente ao quadro da Contratante, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do licitado;
- V. Cumprir e fazer cumprir todas as demais cláusulas do presente termo.

24.2. São Obrigações da Contratada

- I. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do presente termo, bem como nos termos da sua proposta;
- II. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- III. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- IV. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;



V. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à Contratada o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

VI. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à Contratante e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

VII. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

VIII. Executar as obrigações assumidas no contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação.

IX. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

25.1. Em até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

25.2. As impugnações deverão ser enviadas ao Pregoeiro, preferencialmente por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço: pregoeiro@saovicentadosul.rs.gov.br.

25.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

25.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

25.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, preferencialmente por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço: pregoeiro@saovicentadosul.rs.gov.br.

25.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

25.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

I. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

25.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

26 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

26.1. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originariamente. Podendo desconsiderar excessos de formalismos que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

I. A inobservância do prazo fixado pelo Pregoeiro para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta.

26.2. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul o direito de, no seu interesse, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência às participantes, na forma da legislação vigente.

26.3. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas Propostas e a Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.4. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

26.5. Os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante e datados dos últimos 30 (trinta) dias até a data de abertura da sessão de licitação, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão/empresa competente



expedidor (a) e não tiver cadastrado no SICAF.

26.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

I. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município de São Vicente do Sul.

26.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua Proposta, durante a realização da sessão pública desta licitação.

26.8. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

26.9. As licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento das eventuais republicações e/ou retificações de Edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

26.10. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

26.11. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei nº 14.133/2021.

27. SÃO PARTES INTEGRANTES DESTA EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo de Proposta de Preço;

ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços;

ANEXO IV –Modelo de Declaração Conjunta.

ANEXO V – Minuta de Contrato Simplificado

As questões relativas ao presente Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de São Vicente do Sul - RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Vicente do Sul, 27 de fevereiro de 2026.

Fernando da Rosa Pahim
Prefeito Municipal

Este Edital foi examinado e aprovado em 27/02/2026 pelo Setor Jurídico Municipal
